



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

MEMÓRIA E CULTURA ESCRITA NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII

Halysson F. Dias Santos*
(UESB)
Marcello Moreira**
(UESB)

RESUMO

O artigo que ora se apresenta tem por finalidade divulgar resultados de pesquisa sobre as relações entre o *Caramuru, Poema épico do descobrimento da Bahia*, de Frei José de Santa Rita Durão, e as várias modalidades de memória. Nele, trata-se das transformações que o advento da cultura do impresso acarretaram para a memória. Transformações estas que produziram uma re-configuração em seus modos de atuação na produção de textos escritos e, por conseguinte, na produção de poemas épicos nos séculos XVI, XVII e XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura escrita; Poesia épica; Impresso; Memória.

INTRODUÇÃO

As sociedades européias dos séculos XVI, XVII e XVIII, em França, Alemanha, Inglaterra, Países Baixos, Suíça, Itália e Península Ibérica, foram todas elas sociedades marcadas pela presença do escrito. Todas elas eram sociedades letradas, o que significa dizer que são sociedades em que, ao menos para uma parcela da sociedade,

*Especialista em Teoria e História Literária (DELL/UESB). Mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista da CAPES. E-mail: halyssondias@gmail.com.

**Doutor em Literatura Brasileira (FFLCH/USP); professor titular de Literatura Brasileira do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: moreira.marcello@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

havia a efetiva possibilidade de domínio prático da escrita e da leitura. Poderíamos dizer mais precisamente que são sociedades da escrita, para contrapô-las às sociedades ágrafas, não querendo dizer com isso que, no seio dessas sociedades, não houvesse aqueles que não dominavam a escrita. Essas sociedades são marcadas não unicamente pela presença do escrito, mas do impresso. Roger Chartier identifica, entre o século II d.C. e o século XVIII, várias transformações concernentes à cultura do livro, muitas vezes simultâneas, de durações, alcances e resultados distintos (CHARTIER, 2001b, 37-44). Como sumaria o historiador francês, as estratégias de escrita, tal como as de leitura, desde o século XV são paulatinamente transformadas. Em meados do século XV, acontece, digamos, a primeira etapa revolucionária, que é de natureza técnica, como chama a atenção Chartier, com a mudança nos “modos de reprodução dos textos e de produção do livro”. Surgem os caracteres móveis, como também a prensa que permite a impressão dos textos. Com isso, “a cópia manuscrita não é mais o único recurso disponível para assegurar a multiplicação e a circulação dos textos” (CHARTIER, 2003, p. 30). Entretanto, essa “revolução” não significou o desaparecimento do manuscrito, tal como o surgimento da escrita não deu fim à cultura oral. Segundo Chartier, “em suas estruturas essenciais, o livro não foi modificado pela invenção de Gutemberg”, que se manteve, por algum tempo, dependente do manuscrito (CHARTIER, 2003, p. 31). Posteriormente, ainda segundo Chartier, “a imposição de dispositivos próprios ao livro impresso (título e página de rosto, divisão em capítulos, gravuras) em obras cuja forma inicial, ligada a uma circulação unicamente manuscrita, era totalmente estranha” (p. 45). A cultura do manuscrito além de incidir sobre a cultura do impresso no que se refere à fabricação e disposição dos livros sobrevive a ela no que se refere à própria prática escrital e à circulação dos textos. A imprensa representou uma evolução técnica de extraordinário impacto para a cultura livresca (LEBVRE; MARTIN, 1992, p. 41),



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

entretanto, como observa Chartier, não se pode negar que houve “uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso, embora durante muito tempo se tenha acreditado numa ruptura total entre uma e outra” (CHARTIER, 1999, p. 9). Como demonstraram as pesquisas de Marcello Moreira acerca dos códices que encerram a poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra, a cultura escribal ainda é significativamente presente não somente na América portuguesa, como também na Península Ibérica no final do XVII e na primeira metade do século XVIII (MOREIRA, 2001; Cf. LOVE, 1993; MAROTTI; 1995).

Em uma cultura que conta com o impresso, a multiplicação e circulação de livros é bem facilitada. A redução no custo do livro, em decorrência da possibilidade de uma ampla multiplicação da tiragem que o aparecimento do papel e a invenção da imprensa trouxeram, tornou o livro bem mais acessível (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 23, 43-65), sem falar do aumento das edições, o que viabilizou o acesso a um número cada vez maior de títulos. Como assevera Chartier (2001b, p. 37), por um lado, “Gutemberg abre na história do Ocidente a possibilidade da multiplicação dos textos em um tempo em que esta era restrita; e por outro, a multiplicação com uma baixa nos custos de produção vem a ser uma realidade absolutamente indubitável, fundamenta”. Há, porém, não apenas uma multiplicação de livros, mas de espaços, mecanismos de controle e busca, bem como profissionais dedicados a eles, sem esquecer da crescente multiplicação do número de livros por biblioteca que, cada vez mais, ganha proporções espantosas para a época (CHARTIER, 2004 p. 174, 191-210; BURKE, 2002, p. 176). O advento da cultura do impresso deu origem a novas comunidades de leitores; a novos comportamentos e dinâmicas de leitura. Segundo Chartier, “uma relação comunal e respeitosa com a memória escrita, feita de reverência e obediência, deu lugar a um tipo de leitura mais irreverente e desprendida” (CHARTIER, 1999, p. 24-25). Todos esses fatores possibilitaram “a



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

penetração da cultura escrita, graças à sua forma impressa, em meios sociais que tradicionalmente estavam fora do mundo do escrito” (CHARTIER, 2001b, p. 37). O acesso aos livros é mais amplo e comum em relação a outros tempos, mesmo para aqueles que não têm condição de comprá-los ou mesmo de lê-los (CHARTIER, 2001b, p. 35).

Entretanto, como observa Peter Burke, o invento de Gutemberg foi também o responsável por uma série de problemas. A imprensa de tipos móveis acarretou, na cultura Européia do século XVI, “conseqüências imprevistas”, “efeitos colaterais”, nas expressões do historiador inglês (BURKE, 2002, p. 173; Cf. CHARTIER, 2002, p. 75-76). Tais problemas, inclusive, afetaram a cultura do livro também nos séculos XVII e XVIII. Segundo Burke, em decorrência do invento de Gutemberg, ocorreu o que ele denomina “explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”. Como afirma Chartier, ao refletir sobre a mediação editorial, Em relação à cultura escrita, dois problemas inquietam os homens e as mulheres da primeira modernidade, entre o final do século XV e o início do século XIX: o receio da perda e o medo do excesso. (CHARTIER, p. 75-76). Se, na chamada Alta Idade Média, como explicita Peter Burke, o problema havia sido a escassez de livros, no século XVI, era a grande proliferação deles que passava a ser um problema. Problema compreendido e nomeado como problema por parte de muitos que vivenciaram esse período, como também por parte de instituições contemporâneas, como, por exemplo, a Igreja Romana. A principal preocupação, nesse caso, era que “a imprensa estimulasse leigos comuns a estudar textos religiosos por conta própria em vez de acatar o que lhes dissessem as autoridades”. Havia uma clara consciência, às vezes incisivamente declarada – e não somente por parte da Igreja, que logo se armou de instrumentos de controle do impresso –, de que era urgente a necessidade de controle dessa profusão de livros (BURKE, 2002, p. 174-175).



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Com esse novo estado de coisas que o surgimento do impresso acarretou, houve profundas alterações no que tange à memória. Essas mudanças não passaram despercebidas por Jacques Le Goff no seu já celebre ensaio dedicado ao tema. No seu entender, “a imprensa revoluciona, embora lentamente, a memória ocidental” (LE GOFF, 2003, p. 451). Não passou despercebida também para André Leroi-Gourhan, como o próprio Le Goff observa. Em *Le geste et la parole* (1964-65), Leroi-Gourhan argumenta que “até o aparecimento da imprensa [...] dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita”. Com o impresso a situação se altera significativamente: “não só o leitor é colocado na presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas que é freqüentemente colocado em situação de explorar textos novos”. Deste modo, “exteriorização progressiva da memória individual”, uma vez que “é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito”. (LEROY-GOURHAN apud LE GOFF, 2003, p. 452). A “explosão da informação”, que, como vimos, ocorre, segundo Peter Burke, como um das conseqüências do surgimento de uma cultura do impresso, certamente afeta a relação que a cultura escrita tem com a memória. Com certeza, cria novas demandas nesse sentido. Estabelecendo novas relações, novas dinâmicas, novos imperativos. Emergem assim novas “condições de possibilidade” para o agenciamento da memória no que se refere à produção e leitura de textos escritos. Para Leroi-Gourhan, este é o período em que ocorre uma expansão da memória (Cf. LE GOFF, p. 455-456).

O novo suporte do escrito acarretará uma re-configuração das modalidades do mnemônico que se relacionam à cultura escrita. Nas palavras de Peter Burke (2002, p. 175), “a nova invenção produziu uma necessidade de novos métodos de gerenciamento da informação”. Ao longo de seu ensaio, Burke aborda três ordens de problemas desencadeados pela invenção da imprensa, como, também, pelas soluções



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

buscadas para solucionar tais problemas. Para ele, a imprensa teria provocado “novas modalidades de leitura, escrita e organização da informação”, que, por sua vez, provocaram “suas próprias conseqüências imprevistas, tanto no campo social quanto no intelectual” (BURKE, 2002, p. 181).

Um produto da cultura do impresso que está diretamente relacionado com esse novo modo de se lidar com a informação, ou mais exatamente com a necessidade de recuperá-la quando necessário, é o surgimento das obras de referência, enciclopédias, dicionários, catálogos, almanaques, antologias, cronologias, atlas, herbários, bibliografias etc. (BURKE, 2003, p. 153-156). Essa invenção também afeta o papel da memória nas sociedades européias dos séculos XVI, XVII e XVIII. As obras de referência concorrem com a memória, restringindo o seu papel na cultura letrada, pois permitem indexar uma quantidade enorme de informação sem que seja necessária a memorização, o que permite um acesso rápido ao conhecimento socialmente acumulado. É um grande exemplo de como se efetiva a exteriorização da memória na cultura do impresso. Tais obras funcionam como memória externa, pois não somente oferecem a informação em forma de resumos, mas também constituem, elas próprias, instrumentos de busca, pelos quais se pode chegar a outros livros.

Uma re-configuração das modalidades de memória, nos âmbitos da leitura, da escrita e da organização da informação deva ser incluída, portanto, entre os efeitos colaterais que a emergência da cultura do impresso acarretou para as sociedades européias do Antigo Regime. Poder-se-ia dizer ainda que a memória deveria ser posta ao lado da leitura, da escrita e da organização da informação, uma vez que se poderia afirmar o surgimento de novas modalidades de memória como conseqüência da cultura do escrito. Entretanto, se isso fosse feito, o conceito de memória se restringiria aos limites de uma operação, técnica ou estratégia, como essas que nos apresenta Burke. Isso porque “memória” é aqui entendida como algo que perpassa,



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

possibilita, agencia a efetivação de práticas, técnicas e estratégias, sem negar que continue existindo como arte (*tekhné*). Não parece, contudo, terem surgido novas modalidades de memória, como surgiram novas modalidades de escrita, leitura e organização da informação. O que de fato parece ter havido, com a cultura do impresso, é um redimensionamento (ou re-configuração) das modalidades que atuam em técnicas, práticas e estratégias de processamento, organização ou produção de conhecimento e/ou saberes, bem como de informações, algo próximo do que ocorreu com o livro, que não surge com a imprensa, mas é reinventado em decorrência dela (CHARTIER, 2003, p. 31).

As práticas letradas entre os séculos XVI e XVIII estão condicionadas pelo impresso. A presença dessa nova modalidade do texto escrito afeta em vários sentidos a produção cultural do período. Como assinala Chartier, “a cultura do impresso impregnou a totalidade das práticas culturais” (CHARTIER, 2001b, p. 35). Também as técnicas de escrita poética e o agenciamento da memória no processo de elaboração dos poemas também foram afetados pela cultura do impresso. No século XVIII, época em que foi escrito o *Caramuru*, isso é, evidentemente, mais acentuado do que nos dois primeiros séculos que se seguiram à chamada “revolução de Gutemberg”. Entre os séculos XVI e XVIII, por exemplo, um poeta pode muito bem se valer da leitura no ato de composição de um poema. Pode consultar um ou vários livros simultaneamente; pode, diante de uma dúvida, retornar ao que já fora lido. Como cremos ter feito Santa Rita Durão, pode consultar várias obras para, delas, extrair informações precisas para a invenção, ou como era costume nos poemas épicos do século XVIII, para elucidar certas passagens ou palavras por meio de notas, como parece sugerir a seguinte declaração que fecha seu prólogo ao *Caramuru*:

Sebastião da Rocha Pita, autor da *História brasileira*, natural da mesma cidade, assevera que Catarina Álvares no Senhor D. João III os



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

direitos que tinha sobre os tupinambás, como herdeira dos seus maiores principais; ele mesmo atesta que aquele monarca mandara aos seus governadores que honrassem e atendessem Diogo Álvares Caramuru pelos referidos serviços; e foi com efeito ele o tronco da nobilíssima casa da Torre da Bahia; e Catarina Álvares sua mulher foi honrada por aquela metrópole com o seu retrato sobre a porta da casa da pólvora, ao lado das armas reais. Leia-se Vasconcelos na *Historia do Brasil*, Francisco de Brito Freire e Sebastião da Rocha Pita (DURÃO, 1781).

Ao declarar que leu na *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, a informação que agora repassa sobre Catarina Paraguaçu, e ao indicar a leitura das obras mencionadas, incluindo a já referida *História*, o poeta declara, subrepticamente, que as obras mencionadas são fontes não meramente lembradas, mas diretamente consultadas quando da elaboração do poema. Em outros tempos, supõe-se que tal coisa não fosse possível. Na Antiguidade, por exemplo, segundo Chartier, as condições materiais impossibilitavam, ou ao menos tornavam bastante improvável, que os escritores lessem ao mesmo tempo em que escreviam (CHARTIER, 1999, p. 24).

A maneira como a memória atua na composição de um poema escrito é, em grande medida, distinta da forma como ela é necessária na composição oral. Em uma tradição poética oral, a composição, embora seja claramente distinta da performance, se associa a ela (NAGY, 1996, p. 1). Essas duas atividades são complementares, como já haviam demonstrado os estudos de Milman Parry e Albert Lord (Cf. FOLEY, 1988). A composição não somente é feita com vistas à performance, em certa medida ela se efetiva durante e mediante a performance. A composição é um esquema para a performance, que mobiliza temas e fórmulas. A poesia oral dos *aedos*, dos *Minnesängers*, dos *troubadours*, dos *jongleurs* ou dos trovadores galego-portugueses apresentava geralmente variações textuais de uma performance para a outra. Mesmo no que respeita à poesia preservada em forma de manuscrito, à *chanson de geste*, às



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

cantigas que chegaram a nós por meio dos cancioneiros provençais e ibéricos, as técnicas de composição ou de registro estão diretamente associadas a um tipo de elaboração que remete à tradição oral. Como diz Zumthor, “o escrito manteve durante séculos estruturas ou procedimentos talvez originalmente próprios de tradições orais” (ZUMTHOR, 2001, p. 217). Para as estratégias de composição da poesia “francesa” dos séculos XIII e XIV, e entre elas as *chansons de geste*, por exemplo, Paul Zumthor cunhou, no *Essai de poétique médiévale* (ZUMTHOR, 1972), o termo *mouvance* (movência), posteriormente aplicado, com algumas nuances, por Gregory Nagy em relação à poesia atribuída a Homero (NAGY, 1996, p. 10-11). Como diz Zumthor, *mouvance* “é criação contínua”, que combina reprodução e mudança (ZUMTHOR, 200, p. 145).

A cultura do impresso torna determinadas técnicas associadas ao ato de composição de textos utilizada até o século XV obsoletas. A outras, impõe novas condições de existência. Novas condições de exercício. As técnicas mnemônicas próprias dos atos de elaboração textual são um exemplo disso. Em primeiro lugar, porque os textos não são produzidos, como no caso da cultura oral, por meio da e para a oralidade. A escritura, ao menos daqueles textos que visam à publicação, é efetivada, cada vez mais, com vistas à impressão. Embora houvesse, como vimos, textos escritos para circular em de forma manuscrita nos séculos XVI, XVII e XVIII. A elaboração textual dos poemas é assim um ato de escritura. Um poema é, portanto, escrito como texto destinado à impressão. É o caso do *Caramuru*.

O poeta como escritor continua dispondo do agenciamento da memória nos seus atos de composição, entretanto, o modo como se dá esse agenciamento é o que se transformou no correr dos séculos desde a Antiguidade. A presença abundante, em alguns casos até excessiva de livros (CHARTIER, p. 75-76), a maior facilidade de acesso a eles, a possibilidade de ler durante o ato da escrita, ou de escrever à medida



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

que se realiza a leitura de um texto – o que torna viável tanto a consulta de um livro no ato da produção de um escrito, quanto à comparação entre dois ou até mais livros abertos sobre a mesa – são aspectos da cultura do impresso que poderiam nos fazer deduzir que o recurso à memória, ao menos no que se refere à prática da memorização, ao menos em tese, é dispensável. Entretanto, essa tese pode ser admitida como verdadeira somente em parte.

A maior parte da produção poética dos séculos XVI, XVII e XVIII é escrita para ser lida e não oralizada, ou, como prefere Paul Zumthor, vocalizada (ZUNTHOR, 2001, p. 20). A leitura silenciosa é uma das importantes conquistas culturais da primeira modernidade. Desde o século XV ela tornara-se comum. Ao que tudo indica, a leitura realizada apenas por intermédio dos olhos “conquistou progressivamente todos os meios de leitores durante a Idade Média” (CHARTIER, 2002, 1991, p. 126). Certamente a leitura em voz alta, ou oral, continuará concorrendo com a leitura silenciosa (CHARTIER, 2002, p. 124-130; Cf. FRENK, 1982), por mais que essa ganhe cada vez mais espaço, se consolidando como o modo de leitura característico da modernidade. Com isso, cada vez mais, os poemas, e não somente eles, são escritos tendo em vista a nova modalidade de leitura. Por outro lado, é necessário admitir, também, que a recitação, ou porções de textos memorizados, às vezes muito longos, continua sendo algo comum, por exemplo, na educação formal, como técnica de aprendizagem (GRAFTON, 2002, p. 23-24). Sabemos que a memorização é ferramenta central de aprendizagem no modelo jesuítico de ensino, como é possível se comprovar de uma leitura das *Constituições da Companhia de Jesus* ou do *Ratio Studiorum*.

É inegável que a memória é não só necessária, mas indispensável tanto ao processo de escritura de um texto, quanto ao ato de leitura do mesmo, que precisará acessar, pelo agenciamento mnemônico, ao menos teoricamente, o repertório que



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

permitirá a leitura do texto, segundo o que propôs aquele que o escreveu (CHARTIER, 2001a, p. 96-97). Mesmo quando o leitor não tem internalizado o mesmo repertório de referência do qual se valeu o escritor, ou o tem apenas em parte, acessará, necessariamente, um repertório próprio que possibilitará “uma leitura” do texto, que provavelmente não será aquela prevista pelo autor, talvez nem mesmo aproximada, mas que será uma leitura que, por seu turno, será uma operação dependente da memória. Ambas as operações, a escrita e a leitura, são dependentes da memória, pois ambas dependem do acesso a um repertório internalizado – ou poderíamos dizer, para ser até mais precisos, repertórios – de referências, partilhado, ou não, por escritores e os possíveis leitores do texto. As estratégias de composição empregadas pelos poetas do século XVIII, tais como Santa Rita Durão, são dependentes da memória. Uma memória que, é verdade, não é apenas técnica, mas que opera na elaboração técnica dos enunciados poéticos. Se por um lado, é inegável que houve uma mudança quanto ao agenciamento da memória no processo de elaboração de textos escritos, por outro, é preciso admitir também que a memória continua desempenhando um papel importante, decisivo, nesse processo. Para além disso, como buscamos evidenciar, a memória atua igualmente no momento da leitura das obras.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. In: **Estudos Avançados**. 16 (44), 2002, pp. 173-185.
_____. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

-
- CHARTIER, Roger. "Leituras e leitores populares da Renascença ao Período Clássico". In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (ORG.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. v. 2. São Paulo: Ática, 2002. pp. 117-134.
- _____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- _____. **A ordem dos livros**. Brasília: UNB, 1994.
- _____. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada**. 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. As Revoluções da Leitura no Ocidente. ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas – SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil/Fapesp, Coleção "Histórias de Leitura", 1999. pp. 19-31.
- _____. **Cultura escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: Artmed, 2001b.
- _____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001a, pp. 77-105.
- _____. **Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas/SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil (ALB), 2003.
- _____. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- _____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- FOLEY, John Miles. **The theory of oral composition: history and methodology**. Indiana University Press, 1988.
- FRENK, Margit. **Lectores y oidores. La difusión oral de la literatura en el Siglo de Oro**. In: BELLINI, Giuseppe (ed.). *Actas del Séptimo Congreso Internacional de Hispanistas*. Roma: Bulzoni, 1982, p. 101-123.
- GRAFTON, Anthony. O leitor humanista. In: CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger (ORG.). **História da Leitura no Mundo Ocidental**. v. 2. São Paulo: Editora Ática, 2002. pp. 6-45.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2003. pp. 419-476.
- LORD, Albert B. **The Singer of Tales**. Stephen Mitchell, Gregory Nagy (ed.). London: Harvard University Press, 2000.
- LOVE, Harold. **Scribal publication in seventeenth-century England**. Oxford University Press, 1993.
- MAROTTI, Arthur F. **Manuscript, Print, and the English Renaissance Lyric**. Cornell University Press, 1995.
- MOREIRA, Marcello. **Crítica Textualis in Caelum Revocata? Prolegômenos para uma Edição Crítica do Corpus Poético Colonial Seiscentista e Setecentista atribuído a**



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Gregório de Matos Guerra. Mimeo. São Paulo: Área de Literatura Brasileira- DLCV- FFLCH-USP, março de 2001a.

NAGY, Gregory. **Poetry as Performance: Homer and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ZUMTHOR, Paul. **A Letra e a voz**. A "Literatura" Medieval. Companhia das Letras, 1993.

_____. **Essai de poétique médiévale**. Paris: Éditions du Seuil, 2000. (Points/Essais).